



## RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO: UM OLHAR PARA OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA

Andre Arruda Paula<sup>1</sup>  
Joanne T. Blaney<sup>2</sup>  
João Bosco S. Baring<sup>3</sup>

### RESUMO

Um relato de experiências de aplicação de Práticas Restaurativas com dois adolescentes que cumpriram Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida no Estado de São Paulo. O artigo aborda a responsabilidade como um processo de construção coletiva e as práticas restaurativas como uma possibilidade de articular e dinamizar a rede de proteção e denunciar os seus fracassos e descomprometimentos.

**Palavras Chaves:** Práticas Restaurativas, Responsabilidade e Responsabilização, Medida Socioeducativa.

### ABSTRACT

This article relates experiences of the application of Restorative Justice Practices with two adolescents completing probation and community supervision in the state of São Paulo. The article approaches responsibility taking and responsibility building as a process constructed collectively and restorative practices as a possibility to link and invigorate the networks of juvenile services and denounce their weaknesses and lack of follow-through.

**Keywords:** Restorative Practices, Responsibility-building, Responsibility-taking, Probation and community supervision.

### Relatos de Experiências

#### 1º - O caso de André

##### I – Rede de garantia: olhares difusos sobre o jovem

André, 17 anos. Por viver uma situação de conflito com a lei frequenta o polo municipal de medidas socioeducativas de uma cidade de médio porte. Além disso, está abrigado em um serviço municipal de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. O jovem nunca conheceu sua mãe, ao longo da infância foi maltratado por uma tia alcoólatra e morou por muitos anos na rua.

---

<sup>1</sup> Psicóloga e Pedagoga, com Especialização em Psicologia Social, Educadora do CDHEP: andrea.arruda@cdhep.org.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade de Maryland – EUA. Possui Certificado como “Trainer of Trainers” da Justiça Restaurativa (Treinador de Facilitadores JR) e Facilitadora em Práticas e Círculos de Justiça Restaurativa pelo International Institute of Restorative Practices, educadora do CDHEP: Joana@cdhep.org.br

<sup>3</sup> Psicólogo e advogado, coordenada polo municipal de MSE/MA: jardineiro\_01@yahoo.com

Seu ato infracional ocorreu quando tinha 15 anos e morava num outro local de acolhida, em outra parte do município. Nesse local, ele irritou-se com um colega que maltratava uma criança e decidiu defendê-la fazendo uso de violência física. O resultado dessa ação foi uma sentença determinando o cumprimento de uma medida socioeducativa de liberdade assistida.

Assim, ao longo dos atendimentos no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, o técnico responsável pelo seu acompanhamento acordou com André que o tema “agressividade” seria uma das tônicas de alguns atendimentos. Iniciou-se, então, um longo trabalho nesse sentido, com muitas conversas, altos e baixos.

Não obstante, André vivenciou um longo período de aprendizado. As situações de conflito foram inúmeras: desentendimentos com educadores; fuga do local de moradia; a descoberta da gravidez de uma colega abrigada que aguardava um filho seu e a conseqüente reprimenda por técnicos do Sistema de Garantia; etc.

Frente a elas, André reagiu de diferentes formas com raiva, descaso, tristeza, inconformismo, entre outros sentimentos. Mas, a partir de conversas com seu técnico em medidas, teve em perspectiva o controle de seus ímpetos de violência e a busca por outros meios de solução de desavenças. E algumas vezes, quando não sabia como reagir, afastou-se no intuito de evitar aprofundar o conflito em que se encontrava.

No trabalho de acompanhar o adolescente, que tem entre seus pressupostos a articulação da rede de serviços e a discussão de caso, logo surgiu uma situação de atrito - visões e atuações antagônicas do serviço de acolhimento e do serviço de medidas levaram a um choque entre os dois equipamentos.

Se por um lado um serviço adotou como método de trabalho acolher as angústias e temores do adolescente para pensar em encaminhamentos possíveis e em conjunto, do outro lado, o outro serviço focava em cobrá-lo frente às suas responsabilidades com a escola, cursos, trabalho no projeto jovem aprendiz, paternidade, etc.

As diferenças nos métodos de abordagem tornaram a relação cada vez mais tensa, dificultando a comunicação e o trabalho conjunto no acompanhamento de André. O técnico do serviço de medidas, formado em

Práticas de Justiça Restaurativa pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP), optou por acionar esta Instituição para que mediasse o conflito.

Organizou-se, então, um encontro no qual estariam presentes: facilitadores de práticas restaurativas do CDHEP e funcionários do polo de medidas, da casa de acolhida e da supervisão da prefeitura.

Formado um círculo com todos, num primeiro momento relatou-se a frustração da equipe da casa de acolhida em relação ao adolescente. Este, descrito como agressivo, foi acusado de não cumprir combinados em relação à escola e ao trabalho. “Eu não sei lidar com esta situação” foi a fala inicial da técnica da Casa abrigo. Em pouco tempo, a conversa ganhou novos contornos: “não me sinto afetado pelo adolescente, mas com a maneira como os técnicos do serviço de medidas desconfiam do meu trabalho”. A partir daí novas colocações surgiram, expressando a falta de confiança entre os envolvidos e a necessidade de auxílio para resolver esse impasse.

Um exemplo que evidencia a necessidade e importância de uma conversa aprofundada envolve a percepção dos serviços em relação a um dos comportamentos de André: no início de uma discussão acalorada na casa de acolhida, de repente o jovem se afasta e fica quieto. No olhar do serviço de medidas, inclusive após conversa com André, ele havia agido dessa forma para evitar que sua raiva transbordasse, afastar-se seria seu modo de acalmar-se e pensar melhor sobre a situação antes de fazer algo por impulso, sem medir consequências. Por outro lado, a equipe da casa de acolhida interpretou esse silêncio e o afastamento como um descaso com a situação e, como o adolescente recusava-se a conversar, pareceu omisso e de difícil trato.

Outros círculos ocorreram, inclusive contando com a participação de André. Depois de muitas rodadas, ficou claro que os dois serviços apresentavam divergências na maneira de acompanhar e intervir no caso e que isso se refletia no comportamento do adolescente que ora se aproveitava desse desentendimento, ora se via prejudicado pelas atuações díspares dos envolvidos.

Um dos serviços aparentava dar muito apoio e suporte a André, ouvindo sua história, versões e demandas. E o outro, por sua vez, enfocava na imposição de limites e cobrança de responsabilidades. Na janela de “Disciplina

Social” de Ted Wachtel do Instituto Internacional das Práticas Restaurativas, o modelo restaurativo implica um alto nível de apoio e limites. Alto controle significa ajudar o adolescente a desenvolver autocontrole. A disciplina restaurativa impõe limites, confronta transgressões e exige responsabilidade, ao mesmo tempo em que apoia e reconhece o valor intrínseco do transgressor.



Janela de “Disciplina Social”, de Ted Wachtel.  
 Fonte: Manual de Práticas Restaurativas, 2012.

No caso em tela, a diferença nas abordagens caminhou para confrontos de ordem pessoal com pouca escuta, falta de entrosamento e muita desconfiança. Houve uma sensível diferença de olhares sobre as mesmas situações e relatos, também expressa nos relatórios dos serviços sobre o comportamento de André. No primeiro momento, o grupo se reuniu em círculos para melhorar o entendimento entre as equipes e só depois de chegarem a um acordo conseguiram desenhar um trabalho conjunto e articulado para ajudar o adolescente a lidar com suas responsabilidades.

## II. O difícil processo da construção coletiva - Responsabilidade e Responsabilização

Ao longo das vivências nos círculos vimos que duas questões ou necessidades estavam presentes: responsabilidade e responsabilização de André e dos serviços.

Depois de muitas conversas os participantes avaliaram que “através dos círculos, alguns destes conflitos foram esclarecidos”. As pessoas admitiram erros, críticas veladas e palavras mal colocadas. Também viram seus limites de atuação e a necessidade de suporte. A supervisora da prefeitura admitiu que

por vezes tomou partido em situações no qual não deveria tê-lo feito, polarizando ainda mais os conflitos. Segundo ela, “é preciso ter procedimentos escritos normativos, mas eles têm limites. Temos que olhar as pessoas e os outros serviços como parceiros e não como antagonistas”.

O entrosamento paulatino das equipes resultou no aumento do foco no adolescente. Este, como participante do processo, admitiu os erros cometidos e falou de suas dificuldades e oscilações de comportamento (altos e baixos). Quando questionado sobre os compromissos de ir à escola, ao trabalho e aos atendimentos afirmou: “Daqui para frente vou falar a verdade e vou tentar melhor cumprir os acordos. Se não for possível, vou falar com a equipe da Casa Abrigo. Fico muito triste quando os outros não confiam em mim”.

De acordo com Leoberto Brancher e Beatriz Aginsky:

“A ética restaurativa propõe o conceito de *responsabilidade ativa*, na medida em que fortalece indivíduos e comunidades para que assumam o papel de pacificar seus próprios conflitos e interromper as cadeias da violência”. Esta proposta implica obrigações positivas: “a transfiguração das relações que possam indicar outro modo de expressão da vida em sociedade.”<sup>4</sup>.

As frases abaixo registradas durante os círculos restaurativos evidenciam a mudança de percepção sobre a situação. “Há agora maior interlocução entre os serviços e melhora das relações”; “Melhorou a relação entre André e a casa de acolhida”; “A comunicação melhorou. Tem mais escuta entre nós”; “Tenho um sentido de pertença; me sinto seguro para falar”.

Assim, nesse processo, as relações de discordância ganharam um sentido de pertença e inclusão. André, assim como outras pessoas, vivenciou a construção desse sentido, o que o deixou mais confortável e confiante. Esta confiança foi expressa na mudança de comportamento ao longo dos círculos - silencioso nos primeiros círculos, aos poucos se mostrou bastante cooperativo, participando ativamente do processo. Perguntado sobre o que ele precisava para melhorar as relações na casa de acolhida, ele disse: “Diálogo, mas de verdade eu quero sentir que os outros querem realmente saber o que eu penso, eu não quero só ouvir...eu quero falar e ser escutado, quero ir pra igreja

---

<sup>4</sup>BRANCHER, Leoberto Narciso; AGINSKY, Beatriz. Juventude, Crime e Justiça: uma promessa impagável? Instituto Latina Americana das Nações Unidas; ABMP. Justiça, adolescente e ato Infracional. São Paulo, 2006.

nos finais de semana e queria também andar de bicicleta para me sentir criança”.

Num outro momento dos círculos, André contou episódios de sua vida, do abandono, dos sofrimentos, dos medos, do papel da escola e da rua. “Disse adorar ir ao projeto com jovens na região e gostar muito da psicóloga de lá, pois ouvia os adolescentes. E afirmou gostar da local da liberdade assistida, pois sentia que ali as pessoas se preocupavam com ele”.

Os procedimentos restaurativos informais<sup>5</sup> (encontros paralelos fora dos círculos) e formais ajudaram a criar os vínculos com o adolescente e também com os profissionais da rede de proteção. O foco em beneficiar o adolescente fez com que a diretora da escola fosse chamada para esse processo, assim como o irmão de André, e outros encaminhamentos tiveram vazão.

### **III – Melhora na comunicação, articulação e dinamização da rede.**

Conforme apontado no tópico anterior a **comunicação** e relação entre os serviços melhoraram durante o processo. Ainda assim os círculos trouxeram novos desafios para os serviços que compõe o a rede de garantia. . Ainda que conjuntamente construíssem encaminhamentos capazes de lidar com os desdobramentos deste caso, por vezes, a falta de cumprimento dos acordos por um serviço trouxe muita angústia para o grupo. Assim como quando as necessidades do adolescente não foram atendidas pelos serviços, vimos que a responsabilidade individual de André não foi suficiente para que ele se tornasse sujeito de sua história.

Logo, as conversas e círculos foram constantes. Buscou-se a construção de um canal de comunicação entre os serviços sem a necessidade de um mediador, permitindo um contínuo espaço de troca. E como desafio instaurou-se a edificação das responsabilidades de todos no processo – responsabilidade individual e social.

A **resistência** dos funcionários da casa de acolhida verificada no início do processo foi superada através da participação nos círculos. Após diversos encontros, alguns bastante tensos, agradeceram pela possibilidade de se

---

<sup>5</sup> As Práticas Restaurativas incluem práticas informais e formais como: escuta ativa, expressão dos sentimentos, comunicação não violenta, empatia, pequenos encontros com os envolvidos no conflito e círculos restaurativas formais.

envolverem em um processo que os ajudou a refletirem melhor sobre as práticas cotidianas no trabalho, conseguindo formar um olhar diferente sobre André e fortalecendo o vínculo com ele.

Também houve **atritos** envolvendo outros técnicos da rede de proteção à criança e ao adolescente e suas ações ou omissões reverberaram nas relações entre o serviço de acolhida e o de medidas. O diálogo permitido pelos círculos também mostrou-se essencial para lidar com problemas novos e inesperados, dentre eles: uma técnica da Vara de Infância e Juventude, desinformada sobre o processo dos círculos, entregou um relatório ao juiz da Vara acusando um dos serviços de incompetência e falta de responsabilidade no cuidado com o adolescente; no ato de desabrigamento de André por conta da maioria, não foi encontrada nenhuma República de Jovens do Município que tivesse uma vaga disponível para recebê-lo, o que levou tanto a uma pressão do abrigo para que ele saísse quanto ao risco de que tivesse que ficar na rua.

Conversas, esclarecimentos e acordos foram feitos em torno deste caso: o relatório culminou em uma audiência judicial na qual se esclareceu ao juiz a parceria construída entre os dois serviços. E no processo de saída do adolescente da casa de acolhida, a diretora da escola tomou providências para encontrar um local de moradia adequado, junto a jovens que frequentavam a escola e que, posteriormente, incentivaram André a continuar estudando e a conseguir um novo emprego.

Como dito anteriormente esses diálogos não foram tranquilos. Chegar a um lugar comum, coadunar pontos de vista discordantes e selar acordos são caminhos que exigem muito dos participantes. Para isso é preciso predisposição e esforço de todos.

A **rotatividade** de técnicos que compõe as equipes, problema identificado nos equipamentos públicos da rede de garantia de direitos da criança e adolescente, também se apresentou como um grande dificultador do trabalho. Salários baixos e desmandos na cadeia hierárquica, dentre outros, levaram a uma intensa mudança de funcionários num curto espaço de tempo - quatro diferentes supervisores da prefeitura presentes nos círculos. Nesse caso em particular, essa mudança foi atenuada pelo envolvimento e comprometimento desses profissionais em ajudar no que fosse preciso. Com

presença frequente e tendo como norte o adolescente, transformaram o núcleo de assistência social em um ponto de referência para André, um local no qual ele poderia pedir socorro quando precisasse.

Outro problema surgido no final do processo foi a mudança da coordenação e equipe do serviço de acolhida. A equipe foi totalmente mudada, sem que houvesse uma passagem adequada dos casos. E um recém-contratado, principal funcionário responsável pelo acompanhamento de André, mostrou-se resistente e pouco aberto ao diálogo, na contramão do que vinha sendo construído. Ele retomou de forma mais rígida e arraigada a atuação anterior que naquele momento já era tida como superada: muita cobrança e pouca escuta. Pior do que isso, afirmou a presença da polícia como um instrumento rápido e eficaz para a solução de problemas futuros.

Esta mudança afetou a conduta de André, que voltou a ter comportamentos oscilantes e a descumprir os combinados pelos quais se tornara responsável. A isso se agregou um universo de incertezas na vida do jovem, que em breve se tornaria pai, ao mesmo tempo em que deveria buscar um novo lugar para morar em razão da maioridade.

Nesse momento, num processo avançado de realização de círculos, o que também permitiu uma maior articulação da rede, novos atores se mostraram presentes. Não se tratava apenas dos serviços de acolhida e de medidas socioeducativas. A escola, os órgãos de assistência social da prefeitura, a terapeuta de André, o professor de artes marciais e membros de ONGs se mobilizaram para dar suporte ao jovem que vivia um período de crise. Com esse apoio, André conseguiu se reorganizar. Aproveitou as portas que lhe eram abertas para solidificar-se como ser autônomo, responsável por suas escolhas e articulado com aqueles que ofereciam oportunidades para que pudesse se desenvolver.

#### **IV - O círculo como um espaço de críticas, criação de vínculos, busca por soluções e construção de responsabilidades.**

O processo de círculos exige muito compromisso, flexibilidade e criatividade. Ele também se torna um espaço em que se evidenciam as falhas e omissões da rede de proteção, demandando dos participantes soluções de problemas graves.



São corriqueiras as urgências que exigem soluções imediatas e coordenadas. Por outro lado, a crítica e a elaboração de novas políticas demandam tempo e geram desgastes. O adolescente precisa de um lugar para morar na semana seguinte e não há repúblicas municipais na cidade com vagas para recebê-lo. O que fazer? Denunciar essa falta de vagas aos órgãos competentes, pedir a criação de novas repúblicas, mas no tempo imediato é preciso achar um lugar. E foi no círculo, em um debate coletivo e caloroso em busca de uma resposta, que se encontrou uma solução “alternativa”, à margem do poder público, mas diante de sua presença.

Durante todo processo dos círculos, André fez alguns saltos. Viu como suas ações afetaram os outros como a rede de equipamentos se mobilizou ao seu redor. Tornou-se mais sujeito. Uma mudança clara de comportamento evidenciou-se quando após a saída do abrigo, viu-se envolvido em um conflito na república na qual foi morar. Em confronto com outro jovem, não operou de forma agressiva. Pelo contrário: por conta própria reuniu todos os moradores da república para discutirem o problema de forma racional e argumentativa. Além disso, convidou um membro da escola para mediar a conversa e ajudá-los a encontrar a melhor solução possível. Essa ação reflete algo muito diferente do comportamento agressivo e impensado que ocasionou a medida socioeducativa.

Fortalecido para lidar com os conflitos que permeiam sua vida, vivenciou uma integração social voluntária. Hoje está estudando e conta com o suporte da diretora e funcionários da escola. Tem ainda vínculo com órgãos da prefeitura voltados para a assistência social e inseriu-se em projetos de ONGs que tem como contrapartida a responsabilidade do jovem com os estudos e o trabalho. De forma responsável, também tem em vistas um trabalho que propicie seu sustento e auxilie nos gastos com sua namorada e filho, além de visitá-los com frequência, demonstrando cuidado e carinho. Na prática de artes marciais (que buscou por conta própria) relaxa, desenvolve disciplina e conhece as possibilidades de seu corpo. A reincidência infracional voa longe de seus horizontes.

## **2º - O CASO de Victor**

### **I - Do medo de retribuição à responsabilização e restauração**

Victor, 18 anos. Chegou ao pólo de medidas socioeducativas após um ano e dois meses cumprindo medida socioeducativa de internação. Havia cometido um assalto à mão armada. Uma das exigências do seu plano individual de atendimento seria seu retorno a escola. Na fila onde realizaria sua matrícula reencontrou sua vítima trabalhando no guichê de atendimento. O medo tomou conta dele, saiu imediatamente do local, pois não sabia qual seria a reação dela se fosse reconhecido.

De volta ao polo relatou para sua técnica todas as sensações vividas no “reencontro”, falou de seu medo e constrangimento e da impossibilidade de estudar naquela escola, pois poderia ser reconhecido e apontado como um criminoso, talvez até a polícia fosse chamada. A técnica perguntou a Victor se ele poderia imaginar como a vítima se sentiria se o reconhecesse? Ele afirmou que seria também muito constrangedor para ela - lembrou que no dia do assalto ela teve medo, o corpo todo tremia, olhos baixos. A técnica indagou: “Se pudesse dizer para ela como se sente em relação ao ato o que diria?” O jovem pensou alguns minutos afirmou que diria de seu arrependimento. A técnica, então, convidou Victor a escrever uma carta para sua vítima, falando sobre o que aconteceu, seus sentimentos e pensamentos no dia do fato e como se sentia hoje e se poderia oferecer algo para reparar o dano que causou. A partir da disposição de Victor, a técnica sugeriu a possibilidade de encontrar pessoalmente com a vítima. Rejeitado num primeiro momento, o processo restaurativo foi aceito pelo jovem. A vítima, uma professora que leciona para alunos com dificuldades auditivas e visuais, aceitou participar do processo.

### **II. Os pré-círculos restaurativos**

Apesar da grande dificuldade de se expressar, Victor se mostrou receptivo. Contou sobre o dia do assalto, com muita naturalidade, parecia arrependido, mas não tinha dimensão do impacto de sua ação. Disse que não se lembrava no que estava pensando no momento do assalto, mas lembrou-se de seu pensamento na hora da prisão: “agora acabou, vou voltar pro inferno”, referindo-se a Fundação CASA.

Explicamos como seria o círculo restaurativo e se ele gostaria de convidar alguém para apoiá-lo. Victor pensou: talvez a mãe ou o irmão, mas não titubeou e olhou para sua técnica - chamaria o pessoal da Liberdade Assistida (LA).

Na escola, apresentamos a possibilidade do encontro para Raquel, a vítima. No momento da conversa fomos acompanhadas pela Diretora que já havia feito cursos em práticas de justiça restaurativa no próprio CDHEP e incentivou a participação de Raquel, oferecendo apoio. Raquel contou como se sentiu no dia do assalto: com muito medo e raiva. Também disse ter esperado na delegacia por bastante tempo para registrar o Boletim de Ocorrência. Durante este tempo, a família dos jovens chegaram à delegacia com muita raiva, queixando-se deles, xingando os meninos de imprestáveis, e que a polícia podia decidir o que fazer, pois haviam desistido deles. Isso causou muita angústia nela. Disse que queria encontrar com Victor para saber quem ele era, por que a tinha escolhido e estaria disposta a participar do círculo restaurativo. Como apoios, traria a irmã, o namorado e a diretora da escola. Esta última a acompanhou à delegacia no dia do assalto.

### **III – O círculo restaurativo: vítima e ofensor se encontram.**

No dia do encontro Victor ligou avisando que não iria, alegando estar com muita dor de cabeça - tinha a voz trêmula. Por telefone foi tranquilizado, garantindo que nada de mal iria acontecer, mas que a qualquer momento ele poderia desistir do encontro. Victor veio ao encontro acompanhado por duas técnicas da Liberdade Assistida - elas eram seu apoio. A professora trouxe sua irmã, seu namorado e a diretora da escola, conforme o combinado.

Victor começou o círculo admitindo sua responsabilidade pelo crime. Parecia muito nervoso, sua boca tremia, mexia muito com as mãos. Contou que o roubo não tinha sido “nada direcionado”, que ele estava na rua, encontrou com um amigo “saíram de rolê”, resolveram “fazer uma fita” e encontraram a professora estacionando o carro. Não foi nada planejado. Lembrou o medo dela no momento do fato— seu corpo estremeceu e os olhos baixos. O adolescente contou como ficou com medo quando ele entrou na escola para matricular-se e deu de cara com ela na secretaria. Apesar de querer muito estudar naquela escola, pensou que nunca mais voltaria. Antes

mesmo de saber do encontro já havia escrito uma carta para ela pedindo desculpas, “mas não sabia quem era você, nem onde morava”.

Em seguida, a professora disse que sentiu muito medo e nervosismo no momento do fato. No círculo, ela conseguiu expressar a raiva que sentiu em relação ao jovem. Contou que teve de continuar a pagar o carro e que naquele momento atravessava um grande problema pessoal - seu ex-marido estava com depressão e ela não pode contar o que estava acontecendo, e também a tristeza de não poder participar da festa de carnaval que ela e seus alunos haviam preparado durante toda a semana. Mas com o passar do tempo e com apoio das pessoas que estavam presentes no círculo, conseguiu superar estes sentimentos. Afirmou que não o reconheceu quando ele foi matricular-se na escola, pois no dia do assalto estava com tanto medo que não o olhou. Em seguida, o grupo de apoio da professora compartilhou seus sentimentos e pensamentos em relação ao fato. O medo; a raiva; a frustração; a espera na delegacia; o dia da audiência - foi visível como estes depoimentos afetaram o adolescente, pois compreendia como seu ato tocou tantas pessoas.

Depois a professora pediu que o adolescente contasse como foi seu tempo na Fundação CASA. O jovem contou que apanhou da polícia e passou o início de sua internação hospitalizado. Descreveu sua história e a permanência por um ano e dois meses na instituição. Explicou que ficara oito meses sem receber visitas de ninguém para evitar o corriqueiro constrangimento das mães nos dias de visitas. Também afirmou que a mãe não tinha dinheiro para visitá-lo.

Descrito o sofrimento que o adolescente passou no período em que permaneceu internado na Fundação CASA, o silêncio tomou conta do ambiente. A fala do jovem parecia impactar a todos. Alguns minutos depois a professora quebrou o silêncio. Comentou que, assim como ele, no dia em que foi convidada a participar do círculo, também pensou em escrever uma carta, mas que preferia lhe dizer pessoalmente o que escreveria. Começaria dizendo “que acredito na mudança e que você, Victor, tem uma vida pela frente, ouvindo sua história acredito que você foi mais vítima que eu nesse sistema perverso de punição. Entre nós as coisas estão resolvidas. Eu já superei este trauma. Vai correr atrás de sua vida, buscar uma nova história. Seria bom que sua mãe tivesse aqui para se orgulhar de você, de sua coragem de vir aqui

pessoalmente se desculpar, a sua coragem me fez estar aqui hoje. Inclusive, eu quero participar da sua nova história, te convido a se matricular na escola, adoraria ser sua professora e eu e a diretora vamos te apoiar”.

O acordo construído incentivou a continuação do trabalho de oficinas de pipas que o adolescente estava fazendo no Centro da Juventude (CJ) na região. A professora se ofereceu para participar de uma das oficinas - tinha muita vontade de aprender a fazer e soltar pipas. Também foi acordado que Victor se matricularia na escola e por ser artista, trabalharia com os jovens surdos e cegos na escola com uma oficina de artes.

Ao final do encontro, enquanto preparava-se o acordo para que todos assinassem, os participantes foram convidados a aguardar juntos na mesma sala e a tomar um lanche. Victor ficou sem jeito, Raquel parecia perceber e ofereceu um pedaço de bolo. Ele aceitou e juntos comeram o pedaço. Na despedida ela deu um beijo nele. Mais tarde ele falou surpreso e aparentemente feliz para as facilitadoras: “Não acredito que ela me deu um beijo!”

Victor encarou o que fez, assumiu a responsabilidade pela escolha e percebeu as consequências da sua ação. O círculo criou um espaço em que as comunidades de afeto da vítima e do ofensor também puderam assumir responsabilidades e transformar as suas perspectivas e representações de justiça e punição. Este processo restaurativo envolveu não só a responsabilização individual do adolescente, mas também a responsabilidade do Estado. No momento do fechamento do círculo, Leonor, diretora da escola, avaliou o processo: “Este momento do círculo é um momento maravilhoso de superação, não quero mais saber do passado, quero fazer um reforço positivo para a mudança como faço na escola, mostrar outras possibilidades que talvez, você não conheça Victor. Você é bem vindo na escola”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da realização destes dois casos, constatou-se que responsabilidade e responsabilização ocupam um lugar central na construção da justiça em seu sentido restaurativo. Houve um processo coletivo que possibilitou a transformação de pessoas, processo esse no qual as práticas informais como a escuta, a comunicação não violenta e a empatia ajudaram na

fluidez dos círculos restaurativos formais. Usando uma pluralidade de abordagens restaurativas, buscamos o reconhecimento do valor de cada participante nos círculos; a assunção das pessoas envolvidas no conflito/infração como sujeitos responsáveis; a maior responsabilização da rede de proteção e a transformação das relações.

A responsabilização revelou-se um processo de aprendizagem que aconteceu no nível individual e social. As experiências relatadas não seguiram um caminho linear, mas uma construção paulatina oriunda de encontros e círculos, de processos de reconhecimento, inclusão. Também da experiência de reparação, restauração e reintegração. As narrativas nos permitem afirmar que a transformação ocorreu quando os participantes dos círculos foram fortalecidos e identificados como sujeitos.

## **I - Os adolescentes**

Analisando o ato infracional no contexto de vida de André e Victor, percebemos que outras pessoas e instituições deveriam ser responsabilizadas antes desse fato. Ambos viveram um conjunto de conflitos e violações de direitos que antecedem, no tempo, o ato infracional – certamente a falta de garantia de direitos, os parâmetros relacionais e a forma punitiva como as instituições estatais lidaram com os jovens ao longo de suas trajetórias guarda relação, ainda que não mecânica, com os atos cometidos. Ainda que seja fundamental que ambos se reconheçam como agressores e que seja importante se responsabilizarem dizendo “Eu assaltei”, “Eu agredi”, para que um processo de restauração tenha início, as práticas restaurativas devem ter como centro a denúncia de um sistema inoperante e que acaba por individualizar a culpa. Neste sentido o círculo nos permitiu evidenciar as dimensões sociais envolvidas, incluindo o sistema legal/jurídico que nos casos descritos reafirmou o acesso à justiça como uma prática punitiva e injusta – Victor foi espancado pelo aparato policial e Andre não foi sequer reconhecido em sua dignidade humana no processo de audiência que gerou a sua “liberdade assistida”. Sair do individual e do punitivo para o plural restaurativo exige o funcionamento, isto é, a responsabilização de cada equipamento e serviço que compõe a rede.

Apreendemos que adolescentes com trajetórias tão marcadas pela violência irão “vacilar” ao longo do processo, e por isso o apoio e a instauração de limites é fundamental para sustentar o trabalho. Apreendemos também que a inserção de práticas restaurativas no sistema de garantia da criança e do adolescente demanda tempo de trabalho, formação, acompanhamento e comprometimento dos técnicos e que a atual estrutura, precária e insuficiente, é um limite para realizar este trabalho “em larga escala”, para além de casos emblemáticos.

Outro grande desafio colocado é a fragilidade do grupo familiar e social de André e Victor. Não foi possível contar com o envolvimento das famílias, numa perspectiva de co-responsabilidade no cuidado dos adolescentes. Nos dois casos, o vínculo mais forte foi com os técnicos do polo de medidas socioeducativas - importante lembrar que estes haviam se formado em práticas da Justiça Restaurativa. A presença da escola também foi essencial no círculo como parte da comunidade de apoio. Mostrou-se fundamental o reconhecimento de André e Victor como pessoas, com sentimentos, ideias e valores. A inclusão, o sentido de pertença e a participação ativa no processo os ajudaram a tornarem-se sujeitos responsáveis.

Em ambos os casos relatados a ação restaurativa se iniciou com o olhar sobre o ato infracional e as repercussões desses na vida das vítimas e da comunidade. No percurso, os dois adolescentes perceberam as conseqüências de seus atos agressivos e entenderam como suas ações afetaram outras pessoas, se responsabilizaram e, com os participantes do processo, desenvolveram planos para a reparação dos danos e a reintegração na comunidade.

No caso do Victor, a vítima também se beneficiou ao conseguir a recomposição da sua segurança e a satisfação das suas necessidades em relação ao ato infracional. André conseguiu lidar melhor com sua agressividade, passou a construir as suas relações pessoais em parâmetros aceitáveis e ajudando outros adolescentes a lidarem com os conflitos de forma não violenta. Um integrante do círculo avaliou que *“Em relação ao André, penso que talvez ele tenha vivenciado pela primeira vez na vida o que significa confiar e ser depositário da confiança alheia, sem culpabilização, quando nem tudo acontece conforme o desejado”*.

“A atribuição da responsabilidade ao adolescente é um componente central de seu direito a uma plena cidadania, pois, ser sujeito de direito também significa possuir capacidade jurídica e social e constitui-se como um atributo indispensável ao exercício do valor máximo representado pela liberdade – não se pode exercer liberdade sem limite, sem respeito, sem responsabilidade perante o outro. Além disso, ‘todo e qualquer processo educativo, supõe a não redução do educando à condição de sujeito incapaz de responder’.<sup>6</sup>

## **II. A rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**

Constatamos que se a rede de atendimento perde o foco no adolescente, ela não se responsabiliza pelo atendimento e pelo trabalho de articulação com os demais serviços. Apesar dos muitos desafios e dificuldades, conseguiu-se envolver e acionar diferentes atores da rede de proteção e atendimento, como escola, ONGs e o sistema de justiça. Nesse sentido, o polo de medidas socioeducativas serviu como uma ponte entre o adolescente, outros serviços e equipamentos e a comunidade. Na medida em que possibilitou o debate e a construção de consensos, os círculos permitiram integrar os diferentes olhares em relação a André e Victor num processo no qual houve uma melhora significativa da comunicação, da construção do sentido de pertença dos adolescentes e do reconhecimento de seus valores.

A articulação e a qualificação da rede de proteção de crianças e adolescentes são fundamentais no processo de acompanhamento e co-responsabilização pelo adolescente. Quando a rede não se responsabiliza pelo adolescente com ações integradas, não é possível haver a instauração de uma justiça que restaure as relações e ressignifique o lugar do adolescente na sua comunidade. São as intervenções positivas e ações integradas que ajudam a criar um ambiente seguro para atender as necessidades, transformar relações e abrir possibilidades para a vítima, agressor e suas comunidades de apoio.

O círculo também se mostrou um lugar privilegiado para um diagnóstico do funcionamento da rede de proteção que deve ser acionada nos casos de adolescentes em cumprimento de liberdade assistida. Há de modo geral muita fragmentação e a tônica predominante ainda é bastante punitiva e pouco responsiva. Técnicos e equipamentos dispostos a incorporarem práticas

---

<sup>6</sup> KONZEN, Afonso Armando. *Justiça Restaurativa e Ato Infracional: desvelando sentidos no itinerário da Alteridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007



restaurativas em seus trabalhos e atendimentos cotidianos precisam de muito apoio e formação. Também constatou-se que esta mudança de olhar e de práticas gera inúmeros conflitos com outros serviços e equipamentos, mas também que as próprias abordagens restaurativas podem mediar estes conflitos e que os polos de medidas socioeducativas podem fazer a “ponte” com os outros serviços envolvidos nos casos citados.

Ao longo dos atendimentos de Victor e André pelos diferentes “lugares” e órgãos públicos desde a judicialização de seus casos houve violação de direitos pelo próprio Estado: espancamento de um dos adolescentes no regime de reclusão à falta de vagas nas casas de acolhimento e em repúblicas para jovens abrigados que completam 18 anos.

Esta radiografia pode subsidiar dois encaminhamentos, que a nosso ver, devem estar conectados – o primeiro é a vazão de encaminhamentos e denúncias aos órgãos competentes sobre a falta ou precariedade de serviços que garantam os direitos de crianças e adolescentes; o segundo é a busca de alternativas articuladas e sob a ótica da restauração e responsabilização em detrimento da punição que construa novas alternativas, fluxos e encaminhamentos e que contribua para o desenho de novas políticas públicas.

Também constatou-se que a estigmatização dos jovens que cometem atos infracionais é recorrente nos serviços e equipamentos que compõe a rede de proteção e que a punição, como um valor e ato retributivo, é um procedimento que se ancora e se alimenta deste primeiro. Os processos restaurativos podem ajudar os técnicos a lidarem com a desconstrução de estereótipos na medida em que promovem um diálogo problematizador em que os diferentes pontos de vista são ouvidos e acordos e consensos são construídos. Também porque coloca como “conteúdo” ou “objeto” do diálogo os sentimentos de todos os envolvidos como a raiva, a frustração, a decepção, a tristeza e o cansaço. Sentimentos vivenciados por técnicos que ao se encontrarem em um diálogo verdadeiro foram capazes de transformar a impotência em ação.

Por fim vale destacar que no caso de André nos últimos meses dos círculos surgiram problemas ligados à rotatividade de profissionais nos serviços. Esta é uma questão recorrente causada, sobretudo, pela precarização dos serviços de atendimentos da rede de garantia. No caso da

aplicação de processos restaurativos a continuidade é essencial, assim como a responsabilização de técnicos que formem vínculos com os jovens e com os outros técnicos também comprometidos com os círculos. Como garantir maior estabilidade nestes processos ainda é uma resposta a ser construída.

Neste trabalho coletivo identificamos e lidamos com os conflitos, com as necessidades, com as (ir)responsabilidades, com os prejuízos e com as obrigações individuais e estatais, quase inseparáveis no caso das políticas públicas. Os desafios são inúmeros e há, certamente, um longo caminho pela frente, mas os resultados dos dois casos descritos apontam para uma possibilidade bastante concreta de "(re) invenção" do atendimento de jovens em medidas socioeducativas. Claro que esta exige o compromisso e a responsabilização do Estado brasileiro em suas diferentes políticas como a assistência social e a educação. Também parece sugerir a importância da sociedade civil na estruturação deste trabalho, o que nos casos estudados envolve uma ONG que trabalha com práticas de Justiça Restaurativa.

## REFERÊNCIAS

BERGSETH, Kathleen; BOUFFARD, Jeffrey A. **The long-term impact of restorative justice programming.** *Journal of criminal justice.* USA: MN, Elsevier Ltd. 2007.

BRANCHER, Leoberto; SILVA, Susiâni. **Projeto de Justiça para o século 21: Instituinto práticas restaurativas: semeando justiça e pacificando violências.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil, 2008.

----BRANCHER, Leoberto Narciso; AGUINSKY, Beatriz. **O Que é Justiça Restaurativa. Programa Justiça para o século 21.** Disponível em: <http://www.justica21.org.br/jij.tj.rs.gov.br>; Acesso em 05 de maio de 2013.

KONZEN, Afonso Armando. **Justiça Restaurativa e alteridade: limites e frestas para os porquês da Justiça Juvenil.** Disponível em:

<http://www.justica21.org.br/200.169.22>. 139. Acesso em: 01 de maio de 2013.

----KONZEN, Afonso Armando. **Justiça Restaurativa e Ato Infracional: desvelando sentidos no itinerário da Alteridade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MAIESE, Michelle. Retributive Justice." Beyond Intractability. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. **Conflict. " Research Consortium: University of Colorado, Boulder.** Disponível em:

[http://www.beyondintractability.org/essay/restorative\\_justice](http://www.beyondintractability.org/essay/restorative_justice). Acesso em: 27 de abril de 2013.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral. Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 3 ed. 2009.

LATIMER, Jeff; DOWDEN, Craig e MUISE, Danielle. **The effectiveness of Restorative Justice Practices: a meta-analysis**. Canada: Sage Publications, *The Prison Journal*, Vol. 85 No. 2, 2005.

SLAKMON, C.; DE VITTO, R. e PINTO, R. Gomes. **Justiça Restaurativa, Coletânea de Artigos. Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.**

UN Handbook of Restorative Justice programmes. United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna publication. Handbook Series, New York, 2006.

WACHTEL, Ted; COSTELLO, Bob e WACHTEL, Joshua. **The Restorative Practices Handbook**, International Institute for Restorative Practices, IRP Bookstore. Bethlehem, PA, 2011.